



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Sobre o Associativismo Militar



11 de Julho de 2008

Ao longo dos seus 19 anos de existência, tem a Associação Nacional de Sargentos vindo a defender a importância primordial do associativismo militar sócio profissional, como pólo aglutinador das necessidades e carências sentidas pelos militares no dia a dia do desempenho das suas funções, e veículo canalizador destas, dentro do espírito do debate institucional, numa atitude de crítica construtiva.

A nossa experiência enquanto membros da EUROMIL reforça essa nossa convicção, já que, em países Europeus onde existem associações e mesmo sindicatos de militares como parceiros sociais efectivos e de pleno direito, são os próprios Chefes militares a congratularem-se pela existência dos mesmos, em virtude de isso os salvaguardar para se preocuparem apenas com a sua missão primordial: a componente Operacional.

Paradigma dessa dinâmica viveu-se nestes últimos dias, a propósito da luta dos nossos camaradas Controladores Aéreos militares, em defesa da sua inclusão no processo da Licença Comunitária de Controlador Aéreo.

De facto o Projecto-Lei 198/X, apresentado pelo Governo, preparava-se para excluir a vertente militar do Céu único, através da deturpação do texto da Directiva Comunitária 23/2006/CE que se propunha transpor para o ordenamento jurídico interno. A Força Aérea Portuguesa, como entidade prestadora de Serviços de Tráfego Aéreo, deveria ter sido formalmente consultada durante a discussão sobre este Projecto-Lei, contudo não o foi.

Foi a luta dos camaradas, ao trazerem à ANS o seu problema, que provocou que, mantendo um diálogo constante com a FAP, em sintonia de posições; procurando junto dos nossos parceiros da EUROMIL informações sobre o estado da transposição desta Directiva nos seus Países; recolhendo a indispensável informação técnica junto dos nossos camaradas; tivesse a ANS conseguido ser ouvida em tempo recorde por todos os Grupos Parlamentares sobre esta matéria, conseguindo congregiar as sinergias necessárias para, no debate em Plenário da Assembleia da República de 9JUL08, **se ter conseguido que todos os Partidos, sem excepção, concordassem na necessidade de alterar o texto do Projecto Lei, de forma a não excluir os Controladores Aéreos militares de uma sua aspiração tão antiga, nem a própria Força Aérea Portuguesa da sua capacidade de prestador de Serviços de Tráfego Aéreo.**

Humildemente nos congratulamos por este pequeno mas significativo passo, e esperamos que o mesmo sirva pelo menos de reflexão àqueles que, apesar dos factos e das evidências dos bens alcançados, não conseguem perceber no associativismo um parceiro para ajudar a construir.

Também nesta vertente nos batemos e bateremos *firmes e unidos até que a Lei se cumpra!*

A Direcção

Lisboa, 11 de Julho de 2008